

## A historiografia sobre a política externa de Getúlio Vargas entre 1930 e 1945: uma problematização

*The historiography of Getúlio Vargas' foreign policy between 1930 and 1945: a problematization*

*La historiografía de la política exterior de Getúlio Vargas entre 1930 y 1945: una problematización*

*Filipe Queiroz de Campos*<sup>1</sup>

**Resumo:** A literatura especializada a respeito da política externa de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945, segue duas grandes tendências. Na primeira, há a construção de um conhecimento geral sobre os fatos e a ordem cronológica dos eventos diplomáticos que constituíram a política externa do Brasil, enfatizando a chamada “equidistância pragmática” de Vargas, sua habilidade de jogar com os interesses internacionais entre o lado democrático e o lado dos Estados autoritários, no prelúdio da Segunda Guerra. Esta tendência também valoriza a importância de diplomatas e Ministros das Relações Exteriores no processo de decisões de política externa. Uma segunda tendência é a mais recente: aquela que busca reinterpretar ou revisar o período. Nesta, há aqueles que revisam o conceito de “equidistância pragmática” e aqueles que atribuem menor autonomia aos ministros e diplomatas do presidente. O objetivo deste artigo é o de fazer um balanço destas produções acadêmicas, bem como problematizar a respeito das mais recentes produções.

**Palavras-chave:** Getúlio Vargas, política externa, diplomacia, relações internacionais.

**Abstract:** The specialized literature on Getúlio Vargas' foreign policy, between 1930 and 1945, follows two major trends. In the first one, there is the construction of a general knowledge about the facts and the chronological order of the diplomatic events that constituted the foreign policy of Brazil, emphasizing the so-called “pragmatic equidistance” of Vargas, his ability to play with international interests between the democratic side and the side of authoritarian states, in the prelude to World War II. This trend also values the importance of diplomats and Foreign Ministers in the foreign policy decision-making process. A second trend is the most recent one: the one that seeks to reinterpret or revise the period. In

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Política. Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Licenciado e bacharel em História pela mesma universidade. Licenciado em Geografia e graduando em Filosofia, Letras e Relações Internacionais. Estudioso da História do Brasil Republicano, mais especificamente da relação entre o poder executivo e a diplomacia. Atua como professor de História e Geografia no Colégio e Curso NOTA10 e Colégio Cultura Viva. Atua como Assessor de Área para as Ciências Humanas no Colégio dos Jesuítas. Atua como professor de Inglês e coordenador pedagógico no curso de idiomas True Way. Email: filipeqc@hotmail.com

this, there are those who review the concept of “pragmatic equidistance” and those who attribute less autonomy to the president's ministers and diplomats. The purpose of this article is to take stock of these academic productions, as well as to discuss the most recent productions.

**Keywords:** Getúlio Vargas, foreign policy, diplomacy, international relations.

**Resumen:** La literatura especializada sobre la política exterior de Getúlio Vargas, entre 1930 y 1945, sigue dos grandes tendencias. En el primero, se construye un conocimiento general sobre los hechos y el orden cronológico de los acontecimientos diplomáticos que constituyeron la política exterior de Brasil, destacando la llamada “equidistancia pragmática” de Vargas, su capacidad de jugar con intereses entre el lado democrático y el lado de los estados autoritarios, en la antesala de la Segunda Guerra Mundial. Esta tendencia también valora la importancia de los diplomáticos y cancilleres en el proceso de toma de decisiones de política exterior. Una segunda corriente es la más reciente: la que busca reinterpretar o revisar el período. En esto, hay quienes revisan el concepto de “equidistancia pragmática” y quienes atribuyen menor autonomía a los ministros y diplomáticos del presidente. El propósito de este artículo es hacer un balance de estas producciones académicas, así como problematizar las producciones más recientes.

**Palabras clave:** Getúlio Vargas, política exterior, diplomacia, relaciones internacionales.

\*\*\*

A relação entre a política externa e interna sempre foi alvo de estudos entre aqueles que se dedicam à interdisciplinaridade entre História e Relações Internacionais, por meio de uma possível história *das* relações internacionais. Um dos marcos entre estes estudos é o de Pierre Milza. Em *Política Interna e Política Externa*<sup>2</sup>, o autor chama a atenção para uma tradição que remonta os estudos de Thomas Hobbes: a de interpretar a relação entre a política externa e interna, partindo do princípio de que são políticas de naturezas muito distintas, ou seja, a política interna teria suas próprias razões de ser e a externa, outras, cruzando-se, mas não necessariamente complementando-se. Esta interpretação também compreendia a história das relações internacionais por meio de uma perspectiva muito factual, pouco analítica, problematizadora, seguindo eventos cronológicos e as ações dos “grandes homens”.

Nesta perspectiva, os diplomatas, os cônsules, ou seja, o serviço de representação no exterior, de modo geral, assume o aspecto de imparcialidade política, os diplomatas

<sup>2</sup> MILZA, Pierre. *Política Interna e Política Externa*. In: RENÉ, Remond. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 364.

executavam um serviço técnico, uma “diplomacia profissional” e políticos ficavam a serviço dos jogos de interesse e pela luta política.

Esta interpretação foi revisada a partir de um esforço de renovação da própria história política sobretudo a partir da década de 1960. O artigo *Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics* de Richard Snyder, Henry W. Bruck e Burton Sapin foi importante para marcar o início de uma nova tendência. Ele apontava que a formulação da política externa é, na verdade, um processo de decisão. Os autores chamavam a atenção de que os decisores, um indivíduo ou grupo deles não consideram apenas os “fatores externos” para tomar as decisões da política externa, muito pelo contrário, consideram um equilíbrio entre os interesses políticos do âmbito nacional com a configuração das peças do tabuleiro das relações internacionais.

O reforço desta perspectiva veio com a obra *Uma introdução à História das Relações Internacionais*, de Pierre Renouvin e Jean Bepitiste Duroselle, de 1974. Por meio deste trabalho seminal, a perspectiva de que a relação entre a política externa e interna é fundamental para entender-se ambas, concomitantemente, foi apresentada.

Entre as décadas de 1960 e 1970, temos, portanto, uma nova tendência nos estudos sobre a produção da política externa, que acompanhou a renovação da própria História Política. Deixou-se de enforçar nos “grandes feitos” dos “grandes homens”, passando para a análise do próprio fenômeno do político. O esforço de estudiosos como de René Remond, Philippe Levillain, Jean-Pierre Azém entre outros, culminou na obra *Por uma história política*, de 1996. Uma das principais propostas da obra é a investigação sobre as relações de poder entre os indivíduos e como essas relações ajudam-nos, afinal, a compreender como chegamos aos resultados que chegamos. É nesta obra em que atuou Pierre Milza (2003), demonstrando a importância de se valorizar as relações entre a política externa e interna para a compreensão de ambas. Esta obra também indicou a importância da investigação do fenômeno do político para fora das esferas do próprio Estado e do governo, ou seja, investigar as dimensões do poder na cultura e na sociedade.

Destarte, este artigo visa investigar como a literatura especializada nos estudos sobre a política externa de Vargas, entre 1930 e 1945, abordou ou não as propostas desta História Política renovada.

## Um balanço historiográfico

### a) 1930 a 1945: conceitos e contextos

Os impactos da crise econômica mundial de 1929 contribuíram para alterar a configuração da política brasileira. Esse momento de crise propiciou soluções radicais e ideologias extremistas em vários países. No Brasil, apesar da rápida recuperação da economia brasileira frente à devastação financeira que varria a Europa e América do Norte, não foi diferente. Essa crise econômica juntou-se à crise política, gerando um forte abalo nas estruturas de poder da elite oligárquica cafeeira. Hebe Mattos<sup>3</sup> e Dulce Chaves Pandolfi<sup>4</sup> explicam-nos que a crise política se deveu à falta de legitimidade no sistema oligárquico de divisão de poder instalado na Primeira República do Brasil. A Aliança Liberal passou a aglutinar de opositores ao regime republicano a oligarcas que se opunham ao presidente Washington Luís. Essa coligação partidária, então, lançou a candidatura de Getúlio Vargas a presidente da República.

Chaves Pandolfi demonstra que a Aliança Liberal propunha uma verdadeira reforma do sistema político fundada em propostas como o voto secreto, direitos sociais, como a jornada de trabalho de oito horas, salário-mínimo e diversificação da economia, indo além do café. Malgrado o candidato Vargas tenha sido derrotado, segmentos aliancistas não aceitaram o resultado e iniciaram um movimento revolucionário que ficou a cargo dos tenentes e de grupos civis. A revolução eclodiu em outubro, forçando a saída de Washington Luís. Instalou-se um Governo Provisório intervencionista e centralizador. Vargas nomeou interventores no lugar de governadores; derrotou a dissidência paulista em 1932 e, efetivamente, realizou profundas mudanças, como a fundação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a fixação da jornada de oito horas de trabalho no comércio e na indústria. A proposta que o levara ao poder foram seus programas de mudança, logo a política externa também sofreu importantes modificações.

---

<sup>3</sup> MATTOS, Hebe. A Vida Política. In: SHWARCZ, Lilia Mortiz. (coord.). *História do Brasil Nação*. Volume 3: Olhando para Dentro (1930-1964). Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013, p. 78.

<sup>4</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge (org.) *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo 1930-1945. Segunda República 1930-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 16.

Jorge Ferreira<sup>5</sup> explica-nos que a política externa de Vargas esteve diretamente relacionada com sua legitimidade política. A crise da hegemonia cafeeira impelia à necessidade de diversificação da pauta de exportações e de investimento em outros setores da economia. A industrialização era uma importante demanda que dependia de acordos financeiros internacionais, para a construção de uma grande siderúrgica. A modernização bélica era uma urgente necessidade ainda não sanada devido aos antigos entraves da geopolítica latino-americana, principalmente entre Argentina e Brasil, bem como devido às limitações de recursos. A permanência de Vargas no poder passava, portanto, pela renovação das diretrizes da política externa brasileira.

O governo provisório ocorreu até 1934, quando o presidente muito pressionado, principalmente pelos paulistas, promulgou uma nova constituição. A constituição de 1934, explica Pandolfi<sup>6</sup>, permitiu mais poder ao Legislativo, controlando o Executivo, mas não por muito tempo. Em 1937, o governo divulgou um suposto plano comunista que pretendia dominar o Brasil, o Plano Cohen. Era uma peça de ficção, mas as forças contrárias a Vargas cederam em nome do medo ao comunismo ou a uma possível intervenção militar. A Polícia Militar cercou o Congresso Nacional e, assim, por meio desse golpe, Vargas permaneceu no poder até 1945. A política externa do período entre 1930 e 1945 vem sendo dividida de maneira semelhante<sup>7</sup>. Analisemos essa política externa.

O governo provisório de Getúlio Vargas instalado em 1930 não teve dificuldades para ser reconhecido internacionalmente. A diplomacia teve papel crucial nesse governo desde o movimento constitucionalista de 1932. Naquele momento, o estado de São Paulo estava requisitando o reconhecimento internacional de estado de beligerância ao lutar contra a permanência de Vargas. Visentini afirma: “foi, em grande medida, graças à ação de Afrânio de Melo Franco que o Governo Provisório conseguiu solucionar a questão”<sup>8</sup>, evitando que São Paulo pudesse ser reconhecido como beligerante.

---

<sup>5</sup> FERREIRA, Jorge. Queremos vingança”. O afundamento de navios brasileiros pelo submarino alemão U-507 e as reações populares no Rio de Janeiro. *Dossiê Ensino de História*. UFF. v. 8, n. 15 (2017).

<sup>6</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge (org.) *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo 1930-1945. Segunda República 1930-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 34.

<sup>7</sup> RICUPERO, Rubens. *A Diplomacia na Construção do Brasil 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p. 344.

<sup>8</sup> VISENTINI, Paulo Fagundes. *A Projeção Internacional do Brasil: 1930-2012*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013, p. 12.

Mesmo em clima de questionada legitimidade, a diplomacia do governo Vargas deu início a amplas modificações: uma grande reforma no Itamaraty conduzida por Melo Franco, com objetivo de desburocratizar a atuação dos diplomatas, permitindo que eles tivessem carreira tanto no Brasil quanto no exterior. Essa reforma se coadunou com um segundo movimento, uma série de novos acordos comerciais com, por exemplo, Polônia e União Sul-Africana. No fim, esse esforço somou 31 novos acordos comerciais.

A partir de 1935, a diplomacia brasileira passa a se valer do que a literatura especializada chama de “diplomacia pendular” ou “jogo duplo”. Firmando um tratado comercial com os Estados Unidos, porém, acordos de comércio compensado com a Alemanha. A Alemanha tornou-se a maior parceira comercial do Brasil em 1936, uma situação que preocupava os Estados Unidos em termos não apenas econômicos, mas ideológicos e políticos. Para Visentini, “Vargas valeu-se ao extremo” dessa situação, equilibrando o receio que os Estados Unidos teriam com a influência alemã no Brasil, contra o interesse dos alemães em também influenciar o país. Esse equilíbrio duraria até 1939 antes da conflagração da guerra. Gerson Moura chamou essa estratégia de Vargas de equidistância pragmática<sup>9</sup> Um pragmatismo diplomático que não se apegava definitivamente a nenhuma ideologia, mas, sim, utilizava os lados opostos para extrair ganhos econômicos para o Brasil.

O diplomata Sérgio Danese, aponta que, na verdade, desde a década de 1930, Vargas inaugurou uma nova forma de se conduzir a política externa brasileira, por meio da diplomacia presidencial, um fenômeno político-diplomático caracterizado pela condução da diplomacia pelo presidente, indo além das funções oficiais do poder executivo. Essa afirmativa difere daquela de Visentini que afirmou a respeito da continuidade das prerrogativas diplomáticas para a década de 1930. Autores como Ricardo Seitenfus<sup>10</sup>, Clodoaldo Bueno<sup>11</sup> e Rubens Ricupero<sup>12</sup> corroboram com Vissentini: a política externa de Vargas durante o Governo Provisório foi apenas uma continuidade daquela aplicada na Primeira República.

---

<sup>9</sup> MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-4. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 6, n. 12, 1993.

<sup>10</sup> SEITENFUS, Ricardo Antônio S. *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos: o Processo de Envolvimento Brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1985, p. 41.

<sup>11</sup> CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Universidade de Brasília, 2002, p. 251.

<sup>12</sup> RICUPERO, Rubens. *A Diplomacia na Construção do Brasil 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, 349.

Já Sérgio Danese elenca que a ativa participação de Vargas na Conferência de Paz do Chaco, em Buenos Aires, em combinação com a sua visita bilateral à Argentina, em maio de 1935; as visitas presidenciais no Uruguai e no Paraguai, criando novos laços diplomáticos, inaugurou uma nova lógica de atuação na política externa para o poder executivo. A essas novas dimensões de atuação, soma-se a prática do presidente de manifestar-se em discursos de grande repercussão, explicitando o seu comando da política externa. Assim, para o diplomata Sérgio Danese, Getúlio Vargas iniciou uma nova forma de conduzir a diplomacia brasileira na qual ele era o protagonista, e seus chanceleres perdiam poder de decisão.

De qualquer modo, Danese e Vissentini concordam que Vargas foi hábil protagonista de um novo modelo de política externa principalmente durante o Estado Novo. Danese afirma: “a diplomacia pessoal de Vargas o levou a projetar no plano internacional a sua capacidade de jogar com diferentes forças em competição no plano interno, para alcançar objetivos políticos”<sup>13</sup>. Diz Visentini: “o pai dos pobres, e mãe dos ricos exercia seu poder de cooptação e estimulador na política externa”<sup>14</sup>. Essa astúcia e dominação do presidente seria um dos elementos mais importantes de sua diplomacia. Para Francisco Luiz Corsi e Paulo Visentini, a própria ditadura de Vargas, “buscava aproveitar seu amplo poder decisório, para implementar o conjunto de reformas. A ditadura foi mais um meio do que um fim, como pode ser inferido pela política de alianças de 44-45”<sup>15</sup>. Assim, para esses autores, coube a Vargas a vinculação estratégica da política exterior às necessidades do processo de desenvolvimento econômico.

Outras análises atribuem a Vargas essa premeditada capacidade diplomática no sentido de jogar seus inimigos uns contra os outros, como afirma Ricardo Seitenfus: “Vargas conservou a habitual dubiedade, dosando sabiamente suas propostas. Ele tranquiliza as tendências e se coloca acima dos grupos”<sup>16</sup>. Essa capacidade assume grande importância na explicação do comportamento diplomático do presidente, como ocorre na análise de Clodoaldo Bueno a respeito do episódio do discurso a bordo do navio Minas Gerais. Nesse discurso, o presidente elogiou regimes totalitários de governo, prevendo o fim das democracias como forma de forçar os Estados Unidos a trazer investimentos para o Brasil. Para Bueno, Vargas “tirou partido da conjuntura”.

<sup>13</sup> DANESE, Sérgio. Diplomacia presidencial: história e crítica. *rev. Brasília: FUNAG*, 2017, p. 338.

<sup>14</sup> VISENTINI, Paulo Fagundes. *A Projeção Internacional do Brasil: 1930-2012*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013, p. 13.

<sup>15</sup> *Idem*, p. 15.

<sup>16</sup> SEITENFUS, Ricardo Antônio S. *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos: o Processo de Envolvimento Brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1985, p. 209.

Após a derrota francesa para a Alemanha, Vargas não apenas fez tal discurso, mas, também, enfatizou que não voltava atrás em sua crítica às democracias em novo discurso em 29 de junho de 1940. Para Bueno, o presidente estava jogando seu “jogo duplo”<sup>17</sup>

As possibilidades de continuar nessa “equidistância pragmática” findam-se quando o Brasil precisou declarar guerra à Alemanha após o afundamento de cinco navios brasileiros pelo submarino alemão U-507. Ainda assim, a historiografia aponta Vargas com “cartas na mão”: “Vargas procurou temporizar e negociar o alinhamento do Brasil a um dos blocos em conflito”<sup>18</sup>. De acordo com Visentini, Vargas apresentou a Roosevelt em seu encontro em Natal, o Plano de Engrandecimento Internacional do Brasil, que consistia na recusa em enviar tropas para arquipélagos portugueses, dando prioridade ao Mediterrâneo, no intuito de ganhar visibilidade internacional. Assim, Bueno afirma que “a participação direta do Brasil no conflito decorreu mais de sua vontade do que por solicitação dos Estados Unidos”. No entendimento desse autor, o Brasil não necessariamente precisava participar da guerra, mas Vargas almejava tal participação no sentido de auferir mais vantagens.

Pode-se observar como a literatura produzida principalmente por autores ligados às Relações Internacionais vem se valendo de paradigmas conceituais para compreender os processos de formulação da política externa entre 1930 e 1945. Entende-se períodos inteiros dentro de lógicas homogêneas como a “diplomacia pendular” ou a “diplomacia do desenvolvimento”, criando fórmulas que rotulam o comportamento político. Nestas análises, os diplomatas aparecem como detentores de uma “diplomacia profissional” e Vargas como o verdadeiro político. As relações de poder entre Vargas, diplomatas e ministros das relações exteriores não aparecem. Há uma clara fronteira entre os campos do político e do diplomático.

### *b)Problematizando*

Nota-se que as investigações mais atuais, sobretudo aquelas ligadas ao campo das Relações Internacionais, são marcadas pela utilização de paradigmas ideais para explicar a política externa do Brasil. O principal trabalho que organizou a formulação de paradigmas ideais, para se entender essa política é o de Amado Luiz Cervo. A obra de Cervo e de Clodoaldo Bueno serviu e ainda serve como principal manual para a preparação de

---

<sup>17</sup> CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Universidade de Brasília, 2002, p. 280.

<sup>18</sup> Idem, p. 281.



diplomatas, bem como estudiosos da história das Relações Internacionais. Justamente por isso, há expressivo impacto do pensamento impresso na obra quanto às interpretações majoritárias sobre a política externa de Getúlio Vargas para o período em tela.

Cervo buscou, na ideia weberiana dos “tipos ideais”, formular paradigmas que explicassem as decisões brasileiras na política externa. Os conceitos de Cervo são o que ele chama de “forças profundas”, “ideias-força” que explicam a linearidade da política exterior mesmo em momentos de transição. Isso seria possível, pois o Itamaraty funcionaria como o “guardião” de uma política de Estado que repassa diretrizes históricas, como o não-confrontacionismo, o universalismo, ou o pacifismo aos mais diversos governos. A defesa dessas diretrizes cria o que Cervo entende como Política de Estado, imprimindo características comuns e constantes na execução da diplomacia brasileira. A defesa desses conceitos destoaria da política de governo, que seria influenciada pelo jogo político e metas “personalistas”, “pouco técnicas”.

Destarte, esta tendência interpretativa é a que mais marca a historiografia passada e, ainda, a atual: a defesa de que há uma “diplomacia profissional” que faz continuar o “legado do Barão de Rio Branco”, imprimindo um comportamento mais ou menos homogêneo para a política externa brasileira, impermeabilizando-a contra os interesses típicos da própria política. Oswaldo Aranha, Melo Franco, Macedo Soares, entre outros ministros e diplomatas, buscaram, pessoalmente, aproximarem-se da figura de Rio Branco, para justificarem suas decisões enquanto ministros. O que ocorre é que a produção acadêmica sobre seus feitos coincide com o próprio discurso destes personagens. Porquanto, é plausível afirmar que temos, ainda hoje viva a interpretação que separa o campo do diplomático do campo do político, dando, normalmente, importante protagonismo aos ministros à frente do Itamaraty, como os verdadeiros condutores da política externa brasileira, assumindo a própria interpretação destes autores sobre suas respectivas políticas externas como a própria interpretação acadêmica sobre seus feitos.

Como explicar, porém, a separação entre políticas de Estado e políticas de governo, se o próprio diplomata Sérgio Danese sugere que a diplomacia de Vargas foi marcada por um novo conceito que confunde essa divisão, ou seja, a diplomacia presidencial? Diplomatas, como Oswaldo Aranha são tidos como “herdeiros do Barão do Rio Branco, capazes de identificar o pleno interesse do Brasil”, mesmo face à política de governo que possa desrespeitar esses

princípios. Afrânio de Melo Franco, José Carlos Macedo Soares e Oswaldo Aranha, chanceleres da política externa de Vargas, são apresentados em *Pensamento Diplomático Brasileiro*<sup>19</sup> como defensores da política de Estado, logo deram continuidade a uma “diplomacia técnica” enquanto Vargas realmente fez política.

Essa interpretação considera os diplomatas como autores do “pensamento político diplomático brasileiro”. Se Vargas desenvolveu, contudo, o que Danese chamou de diplomacia presidencial, tomando as rédeas da condução da política externa, não deveríamos, pois, buscar compreender a perspectiva desse presidente, para entender o “pensamento político diplomático”? Sendo assim, as relações de poder entre Vargas e seus diplomatas não deveriam ser um importante objeto de pesquisa?

Corroborando com Danese, Lira Neto<sup>20</sup> explica que Vargas era quem sempre tinha a “última palavra” em termos de política externa. Então, como explicar a relação entre presidente e seus chanceleres, separando política de Estado de políticas de governo? Será que essa separação condiz com a realidade da formulação da política externa de Vargas? Argumento que a relação entre o presidente e seus chanceleres ainda é pouco explorada, além de precisar ser revisada, pois ao entendermos a formulação da política externa, por meio de paradigmas, reduz-se a complexidade das relações políticas. Não afirmo que os estudiosos ligados às tendências interpretativas das obras de Gerson Moura, Clodoaldo Bueno, Ricardo Seitenfus ou Rubens Ricupero estejam enganados, muito pelo contrário. São os pais fundadores de incontornável produção acadêmica que, justamente devido à contribuição que nos legaram, podemos, hoje, refletir sobre outras abordagens possíveis.

Afrânio de Melo Franco teve importante atuação como o primeiro chanceler de Vargas. De acordo com o *Dicionário Histórico Brasileiro*, no Itamaraty, Franco dispôs de relativa autonomia para desempenhar suas funções, já que as atenções de Vargas estavam inteiramente voltadas para a política interna. Já Sérgio Danese, apresentou um Vargas extremamente ativo em política externa, liderando sua condução, desde o início. São interpretações opostas. Afinal, quem foi o autor das diretrizes de política externa em cada caso, o presidente ou seus chanceleres? Franco tinha alguma liberdade mediante a diplomacia presidencial de Vargas?

---

<sup>19</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de. Na continuidade do Estadismo de Rio Branco. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. *Pensamento Diplomático Brasileiro: formuladores e agentes da política externa*. 3v. Brasília: FUNAG, 2013.

<sup>20</sup> Apud: RICUPERO, Rubens. *A Diplomacia na Construção do Brasil 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p. 358.

Vargas construiu uma diplomacia inovadora ou esteve mais alheio aos problemas externos devido às questões internas? A historiografia não se demonstra consensual a respeito desse assunto.

Depois de Melo Franco, José Carlos Macedo Soares chefiou o Itamaraty. Durante sua gestão, foi assinado em 2 de fevereiro de 1935 o novo tratado comercial entre o Brasil e os Estados Unidos. Soares foi mais um Ministro a buscar a isenção de suas ações em relação ao “partidarismo”. Em seu discurso de posse, declarou: “sobre a política exterior, (...) seu caráter essencial é a continuidade acima dos partidos e até mesmo dos regimes”<sup>21</sup>. Apesar disso, envolveu-se na luta política contra o comunismo e pretendia ele mesmo ser presidente. O discurso de “apartidarismo” não seria apenas mais uma maneira de cada chanceler legitimar seus “partidarismos”? A “diplomacia profissional” não pôde servir justamente aos interesses políticos de Vargas?

Soares alcançou entendimento com alguns membros do Congresso para o fim do estado de guerra já em 1935, e entrou em conflito com a cúpula militar contra a solução autoritária em 1937 já como Ministro da Justiça. Guilherme Conduro<sup>22</sup> argumentou que essa posição demonstra que Soares era um defensor da democracia. Esse episódio permanece pouco explicado, pois Soares foi a favor do Estado Novo e teve cargos importantes durante esse período no IBGE e no IHGB. Conduro baseia seu argumento em um discurso que Soares fizera em 1934, quando defendeu que o poder das urnas seria a única legitimidade dos mandatários, e no discurso de posse como interventor de São Paulo em 1945 em também defendera a democracia.

A posição de Conduro<sup>23</sup> não considera, contudo, mudanças nas perspectivas dos atores históricos, apenas continuidades; não considera Soares como um homem político, mas, sim, técnico e imparcial diante dos desejos políticos de Vargas. Argumento que não devemos encarar a defesa de Soares à democracia de maneira pouco problematizada. O Soares de 1934 era diferente com o público e com Vargas e o Soares de 45 não era o mesmo de 34. Ao pesquisarmos no arquivo pessoal de Getúlio Vargas, inclusive, é possível encontrar provas de

---

<sup>21</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de. Na continuidade do Estadismo de Rio Branco. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. *Pensamento Diplomático Brasileiro: formuladores e agentes da política externa*. 3v. Brasília: FUNAG, 2013, p. 762.

<sup>22</sup> Idem, p. 771.

<sup>23</sup> Idem, p. 771.

que Soares, mesmo em 34, não era liberal ou a favor da democracia ou, ao menos, não era diante de Vargas. Em 34, ele trocou correspondências junto a Vargas nas quais criticava a constituição de 34, o liberalismo e a democracia como elementos ultrapassados, fora de seu tempo.

Para Macedo Soares, a democracia liberal no mundo havia fracassado. O futuro era o que ele chamou de “economia dirigida” e a constituição de 34 estava indo contra as tendências internacionais:

A ficção da eleição do Presidente da República já não basta para dar-lhe força necessária para o exercício do cargo. O desprestígio da autoridade verificada no Brasil, forçosamente, em consequência do movimento revolucionário, está agravada pela opinião corrente de grandes pensadores de que a democracia fracassou e nestes últimos tempos pelos plenos poderes conferidos a Roosevelt, ao presidente do Conselho de Ministros da Bélgica e ainda a Doumergue, na França<sup>24</sup>

Disse a Vargas que sondou a opinião dos militares e de forças políticas em São Paulo e todos apoiariam Vargas em um processo que fortalecesse o Executivo. Terminou dizendo que o Governo Provisório de 1930 iniciou, no Brasil, o que chamou de “economia corporativa dirigida” e que este era o futuro de toda a economia mundial. Vemos, portanto, os riscos de se ler discursos públicos de Soares e tomá-los como a opinião real ou, ao menos, a única posição do personagem. Supondo que Soares era um diplomata técnico e inspirado pelas diretrizes do Itamaraty, podemos ignorar suas intenções e jogos políticos pessoais. Estas últimas ficam, contudo, evidentes quando lemos as cartas do futuro ministro junto a Vargas em 34, ou seja, para o presidente, Soares não era a favor da democracia e da “força das urnas” como publicamente dizia ser.

Wilma Keller<sup>25</sup> aponta que Macedo Soares fora indicado por Armando Sales como presidente para o quadriênio 38-42, pelo Partido Constitucionalista, porém, o próprio Sales desistiu de Soares e quis se candidatar. Keller afirma que Macedo se posicionou extraoficialmente a Vargas, dizendo que apenas apoiaria o candidato indicado pelo presidente. Ainda assim, Soares pediu exoneração do Itamaraty, justificando-se em solidariedade a

<sup>24</sup> GV c 1934.04.10/1. Documentos sobre a Constituinte abordando as seguintes questões: elaboração de projetos da constituição; mensagem presidencial pedindo a colaboração da Assembleia Constituinte para promulgação de leis de caráter urgentes; emenda sobre inelegibilidades; possibilidade de surgimento da candidatura de Góes Monteiro como reação do “perrepismo” à tendência democrática liberal da Assembleia; posição de Flores contra inelegibilidade do Chefe do Governo, ministros e Interventores. Rio de Janeiro (Vol. XIV/69, 65, 71, 74a e 74b). p. 5.

<sup>25</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-carlos-de-macedo>. Acessado em 09/09/2022 às 14:07.

Armando Sales. Destarte, o que realmente aconteceu parece pouco claro, mas, decididamente um jogo político. Seria Soares esse imparcial defensor dos conceitos paradigmáticos da política externa? Nem Conduro, nem Keller citam em qual documentação estariam se fundamentando. A própria relação desse ministro com o presidente ainda parece, portanto, pouco explorada.

O relacionamento mais estudado entre o presidente e seus chanceleres foi entre Vargas e Oswaldo Aranha. O diplomata Paulo Roberto de Almeida buscou demonstrar que Aranha foi quase uma antítese ideológica a Vargas, sempre relutante aos jogos políticos. Sobre Aranha, ele declara:

A amizade com Vargas o faz aceitar ser ministro das Relações Exteriores, 38-44, quando atua para manter o Brasil na coalização de forças democráticas, em 44 abandona o governo Vargas, por desentendimento com o ditador, acumulando imenso prestígio político que poderia catapultá-lo como o seu sucessor. Oswaldo Aranha pode ser visto como herdeiro pragmático de Rio Branco<sup>26</sup>

O autor completa, dizendo que sem Aranha, a Revolução de 1930 não teria ocorrido e, provavelmente, o Brasil não teria se colocado ao lado das democracias, durante a Segunda Guerra. Como lidar com uma figura tão poderosa e decisiva como retratam os internacionalistas e, ao mesmo tempo, aceitar que Vargas executou uma diplomacia presidencial, sempre tendo a última palavra? Que tipo de “influência” Aranha detinha sobre o “presidente-chanceler”, como sugere Almeida?

Em dezembro de 1933, Afrânio de Melo Franco deixou o Itamaraty em protesto contra o fato de seu filho Virgílio ter sido preterido por Vargas na escolha do interventor federal em Minas Gerais, após a morte de Olegário Maciel. Também Soares e Aranha saíram devido a desentendimentos políticos pessoais com o presidente. Muitas vezes, esses desentendimentos aparecem, na historiografia, como uma forma dos chanceleres defenderem a democracia e o liberalismo, como vimos em Conduro<sup>27</sup> e Almeida.

Melo Franco e Soares deixaram o cargo, entretanto, por não atendimento de suas pretensões políticas, e não das diplomáticas. Aranha pretendia ser presidente para as eleições

<sup>26</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de. Na continuidade do Estadismo de Rio Branco. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. *Pensamento Diplomático Brasileiro: formuladores e agentes da política externa*. 3v. Brasília: FUNAG, 2013, p. 669.

<sup>27</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de. Na continuidade do Estadismo de Rio Branco. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. *Pensamento Diplomático Brasileiro: formuladores e agentes da política externa*. 3v. Brasília: FUNAG, 2013, p. 777.

em 38; sua frustrada pretensão presidencial deve ser levada em conta na análise de seu convívio com o presidente. A relação entre Vargas e seus chanceleres precisa, dessa maneira, ser revista.

Já vimos que, para Amado Cervo, Paulo Visentini e Sérgio Danese, Vargas desempenhou o “jogo duplo” na política externa, e isso ficou ainda mais explícito no discurso que fez contra as democracias a favor de regimes ditatoriais. Danese afirma:

São conhecidas as referências a uma diplomacia pessoal de Getúlio Vargas, cuja sensibilidade política o levaria a projetar também no plano internacional a sua capacidade de jogar com diferentes forças em competição no plano interno. (...) Hábil manipulador, Vargas claramente se utiliza da retórica e da “gestualística” para fazer não apenas política, mas muito da sua diplomacia. (...) O caso mais célebre é, certamente, o do discurso que pronunciou em 11 de junho de 1940<sup>28</sup> (DANESE, 2017, p. 362)

Recentemente, mais um estudioso das Relações Internacionais, atribui a esse discurso a capacidade maquiavélica de Vargas no controle das possibilidades ao tirar proveito de desavenças. Carlos Sérgio Sobral Duarte afirma:

O famoso discurso de Vargas a bordo do Minas Gerais em 11 de junho de 1940 poderia também ser compreendido como uma manifestação dessa política “pendular”, ao lembrar aos EUA o fato de que as negociações tanto para a obtenção de uma siderúrgica quanto para o suprimento de armas não estavam se desenrolando de maneira satisfatória. (...) a diplomacia de Vargas no período tem de ser vista pelo seu mérito de ter transformado essa intenção americana em benefícios tangíveis<sup>29</sup>

O próprio Duarte, porém, procurou repensar os termos “pendular” ou “jogo duplo” para a diplomacia de Vargas. Esse autor sinaliza o início de uma revisão da capacidade “maquiavélica” do presidente na condução da política externa. Uma revisão que, na verdade, se iniciou a partir dos apontamentos de Marcelo Paiva Abreu. Abreu contradiz toda a interpretação que apontava para o discurso de Vargas como um dos elementos que contribuiu para a decisão dos Estados Unidos de investir no Brasil. Esse economista aponta que era os Estados Unidos que estavam permitindo a Vargas certa liberdade comercial, para que não perdessem espaço estratégico no Brasil. Diz Abreu:

a “independência” de Vargas decorria da boa vontade norte-americana em relação ao Brasil, às expensas da Argentina – que se mostrava expressivamente rebelde – aceitava-se tacitamente a

<sup>28</sup> DANESE, Sérgio. *Diplomacia presidencial: história e crítica*. rev. Brasília: FUNAG, 2017, p. 362.

<sup>29</sup> DUARTE, Carlos Sérgio Sobral. A política externa brasileira de 1934 a 1942: diplomacia “pendular” ou hegemonia norte-americana? In: RICUPERO, Rubens. *Ensaio de História Diplomática do Brasil*. Brasília: FUNAG, 1989, p. 18.

ambígua posição brasileira em relação ao comércio de compensação e estabelecia-se que a ditadura brasileira é mais aceitável do que as outras. Creditar a liberdade de manobra à capacidade negociadora de Vargas sem menção à determinante anuência tácita norte-americana, definida pelos compromissos maiores de sua política econômica externa, como sugerido pelo uso de expressões como “jogo duplo”, corresponde a uma visão distorcida das origens da margem de manobra disponível para exercício das habilidades negociadoras de Vargas. A tese relativa à alegada “equidistância pragmática do Brasil e relação aos EUA e à Alemanha, proposta, entre outros por Moura exagera de modo quase caricatural o real poder de barganha do Brasil<sup>30</sup>

Deve-se perceber que Abreu questiona o próprio conceito de equidistância pragmática. Ele ainda afirma:

Interpretações que sugerem que os negaceios de Vargas, brandindo a possibilidade de que os alemães pudessem se interessar pelo empreendimento, foram importantes para convencer Washington a apoiar o projeto não procedem. De fato, há documentação norte-americana que comprova que tal alternativa foi descartada como pouco convincente<sup>31</sup>

O questionamento de Abreu tem repercussões recentes entre os internacionalistas. Rubens Ricupero, na mais recente produção de grande fôlego a respeito da política externa brasileira, afirma que a diplomacia de Getúlio Vargas teria sido, na verdade, uma “diplomacia da fraqueza”. Ricupero defende que o interesse brasileiro em se associar com o comércio alemão foi pela pura necessidade de diversificação comercial: “alguns intérpretes quiseram ver nessa “diplomacia da fraqueza”, desde os primórdios da diplomacia lusitana, uma espécie de novidade, o “jogo duplo” consagrador do maquiavelismo de Getúlio”<sup>32</sup>.

### **À guisa de conclusão: refletindo sobre o “estado da arte”**

Em um balanço geral, identificando as principais tendências interpretativas a respeito da política externa de Getúlio Vargas entre 1930 e 1945, é possível compreender dois grandes movimentos gerais de investigação. Um que se atenta à vinculação entre a política externa do presidente e o chamado “interesse nacional”, chamando a atenção para as negociações de Vargas quanto à usina siderúrgica nacional, seus feitos quanto à diplomacia comercial e

<sup>30</sup> ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do Progresso: Cem anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1995, p. 88

<sup>31</sup> Idem, p. 95.

<sup>32</sup> RICUPERO, Rubens. *A Diplomacia na Construção do Brasil 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p. 342.

econômica, bem quanto à área militar. Sobre esta tendência, é possível citar: Luiz Alberto Moniz Bandeira, em *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, Frank McCann Júnior, em *Aliança Brasil-Estados Unidos*, Roberto Gambini, em *O Duplo jogo de Getúlio Vargas*, Stanley Hilton, em *O Brasil e a Crise Internacional (1930-1945)* e *O Brasil e as Grandes Potências (1930-1939)*, Gerson Moura, em *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*, Ricardo Seitenfus, *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos (1930-1942)*.

Estes autores, entre outros, organizaram, sistematicamente, os eventos quanto à política externa do Brasil, servindo de verdadeiros manuais para a interpretação do período. Como salientado no início deste trabalho, este grupo tem como um de seus principais representantes o trabalho de Clodoaldo Bueno e Amado Cervo em *História da política exterior do Brasil*. Identificamos estes autores como parte de uma tendência interpretativa, por meio do seguinte critério: eles enfocam as relações entre a política externa de Vargas e suas conquistas no campo econômico, comercial e militar, percebendo que o presidente realizou, enquanto pôde, uma “equidistância pragmática” com relação às democracias de um lado e os regimes autoritários de outro, extraindo vantagens para o “interesse nacional”, expressão marcante para os trabalhos deste grupo. Além disso, uma das marcas destes trabalhos, como demonstrei, é a preocupação em delinear a importância dos diplomatas e ministros das relações exteriores na condução da política externa do país. A “diplomacia profissional” aparece muito cindida em relação às ações do poder executivo. Os ministros das relações exteriores, enquanto “representantes do Barão de Rio Branco” destacam-se em autonomia e em poder de decisão.

Identificamos, contudo, uma segunda tendência, que não se destoa totalmente da primeira quanto ao esforço da política externa de Vargas em conquistar o “interesse nacional”, mas passa a revisar as interpretações e produções do primeiro grupo. Agregamos, a esta grande “segunda tendência”, trabalhos que se esforçaram em rever as produções do grupo de autores mais antigos.

Um esforço de revisão e reinterpretção pode ser encontrado no questionamento do “maquiavelismo” do presidente Vargas, ou seja, sua premeditada capacidade de jogar com os diferentes atores internacionais, para extrair recursos e vantagens. Vemos Rubens Ricupero, em *A Diplomacia na Construção do Brasil 1750-2016*, Dennison de Oliveira e Marcelo



Abreu nesta empreitada, que busca compreender que o Brasil esteve muito mais a reboque dos interesses dos EUA que, de fato, exerceu algum nível de autonomia. Estes autores reinterpretaram a “equidistância pragmática” no sentido de identificar muito mais uma “diplomacia da fraqueza” por parte do governo brasileiro, que de fato, uma astúcia diplomática frente ao contexto, como demonstrei acima.

Entre os que buscam investigar novas abordagens quanto aos “manuais” de política externa, também encontramos aqueles que se dedicaram a uma revisão da relação entre Vargas e seus diplomatas, propondo que, na verdade, Vargas detinha muito mais autonomia que seus ministros e diplomatas, levando-nos a questionar toda a força que homens como Oswaldo Aranha ou Afrânio de Melo Franco efetivamente tiveram quanto os resultados da política externa brasileira.

Este grupo percebe a importância da “diplomacia presidencial” de Vargas, que se sobressai aos interesses de seus ministros e diplomatas e dribla o próprio Itamaraty. Citemos o próprio Sérgio Danese, Jônatan Coutinho Oliveira, em *Oswaldo Aranha e a Política Externa Brasileira (1938-1944): o chanceler de Vargas no contexto da Segunda Guerra Mundial*, Vágner Camilo Alves, em *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*, Jorge Luiz Pereira Ferrer, em *Análise das políticas externas da Argentina e do Brasil em realção à Alemanha, à Itália e aos Estados Unidos da América durante a segunda guerra mundial (1939-1945)*, Fábio Koifman, em *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo* entre outros trabalhos e o professor Antônio Manoel Elíbio Júnior, em *O Diplomata e a Guerra: Política Externa Brasileira na gestão do Embaixador José de Paula Rodrigues Alves*.

Por fim, voltamos à reflexão inicial deste artigo: como a historiografia sobre a política externa de Getúlio Vargas se porta diante das propostas da História Política renovada. Após o balanço aqui feito, podemos notar que se é verdade que a importância das relações entre a política interna e externa foram amplamente consideradas entre os mais diversos autores, ainda há a divisão entre o campo do político e o campo do diplomático, explorando-se muito pouco do fenômeno do político como também parte da ação de diplomatas e ministros.

Um recente estudo que busca fazer esta relação é o do professor Antônio Manoel Elíbio Júnior. O professor indica que o protagonismo de Vargas, na política externa, vai além da burocracia oficial do Estado. Defende que o presidente desenvolveu relações de poder com

diferentes diplomatas<sup>33</sup>, militares e funcionários. A “diplomacia do Itamaraty” era, assim, apenas uma pequena parte de toda a política externa de Vargas. O autor faz notar que Vargas desrespeitava protocolos e hierarquias entre ministros e funcionários, conduzindo, ele mesmo, processos de decisão que ultrapassavam os limites deste ou daquele ministério. O professor estudou as relações entre Vargas e seu embaixador Rodrigues Alves, chamando a atenção para que as fronteiras entre o campo do político e do diplomático são muito mais tênues que se vinha interpretando até aqui.

Sendo assim, concluímos, em um balanço problematizado, que se por um lado é vasta e muito rica toda a contribuição que os estudiosos fizeram, até aqui, a respeito da política externa de Vargas entre 1930 e 1945, por outro, também é verdade que há muito que se fazer, sobretudo, na seara que se volta para as relações de poder entre o Executivo e seus diplomatas, em busca de enxergar fronteiras mais tênues entre o político e o diplomático.

## Referências

ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do Progresso: Cem anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Na continuidade do Estadismo de Rio Branco. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. *Pensamento Diplomático Brasileiro: formuladores e agentes da política externa*. 3v. Brasília: FUNAG, 2013.

ALVES, Vágner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento*

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos EUA no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARRETO, Fernando de Melo. *Os sucessores do Barão (1912-1964)*. Relações Exteriores do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CAMARGO, Aspásia; DE ARAÚJO, João Hermes Pereira; SIMONSEN, Mário Henrique. *Oswaldo Aranha: a estrela da revolução*. Editora Mandarim, 1996.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Universidade de Brasília, 2002.

---

<sup>33</sup> JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio. O Diplomata e a Guerra: Política Externa Brasileira na gestão do Embaixador José de Paula Rodrigues Alves (Buenos Aires-1938-1944). *Cadernos do Tempo Presente* 04 (2011), p. 5.

- D'ARAUJO, Maria Celina. *O Estado novo*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2000.
- DE ABREU, Alzira Alves. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Editora FGV, 2015.
- DE OLIVEIRA, Dennison. *Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na segunda guerra mundial*. Juruá Editora, 2015.
- FAUSTO, Boris. A Vida Política. In: CASTRO GOMES, Angela (coord.). *História do Brasil Nação*. Volume 4: Olhando para Dentro (1930-1964). Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013.
- FERREIRA, Jorge. Queremos vingança”. O afundamento de navios brasileiros pelo submarino alemão U-507 e as reações populares no Rio de Janeiro. *Dossiê Ensino de História*. UFF. v. 8, n. 15 (2017).
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. Os anos 1930: as incertezas do regime. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, p. 15-37, 2003.
- FERRER, Jorge Luiz Pereira; Zhebit, Alexander, orient. *Análise das políticas externas da Argentina e do Brasil em relação à Alemanha, à Itália e aos Estados Unidos da América durante a segunda guerra mundial (1939-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HILTON, Stanley. Afrânio de Melo Franco: a consolidação da estratégia de política externa. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)*. Brasília: FUNAG, 2013.
- HILTON, Stanley. *O Brasil e as Grandes Potências: os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1939)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- HILTON, Stanley. *Brazil and the Soviet challenge, 1917–1947*. University of Texas Press, 2010.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2008.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.
- KOIFMAN, Fábio. O governo Vargas e a política externa brasileira (1930-1945). In: FERREIRA, Jorge (org.) *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo 1930-1945. Segunda República 1930-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: o ministério da justiça e o aperfeiçoamento da raça (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

- KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Editora Record, 2002.
- LORENZO, Helena Carvalho de. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.
- MATTOS, Hebe. A Vida Política. In: SHWARCZ, Lilia Mortiz. (coord.). *História do Brasil Nação*. Volume 3: Olhando para Dentro (1930-1964). Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013.
- MILZA, Pierre. Política Interna e Política Externa. In: RENÉ, Remond. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-4. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 6, n. 12, 1993.
- OLIVEIRA, Jônatan Coutinho da Silva. *Oswaldo Aranha e a Política Externa Brasileira (1938-1944): o chanceler de Vargas no contexto da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge (org.) *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo 1930-1945. Segunda República 1930-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean Baptiste. *Uma introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difel, 1974.
- RICUPERO, Rubens. *A Diplomacia na Construção do Brasil 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. *História das Relações Internacionais Contemporâneas*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. Is it Possible to Establish a Casual Nexus Between Foreign Policy and Political Regime? In: SARAIVA, José Sombra (Ed.) *Foreign and Political Regime*. Brasília: IBRI, 2003.
- SEITENFUS, Ricardo Antônio S. *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos: o Processo de Envolvimento Brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1985.
- SILVA, Hélio. *O ciclo de Vargas: 1922, Sangue na areia de Copacabana*. Editora Civilização Brasileira, 1964.
- VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A Projeção Internacional do Brasil: 1930-2012*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Data de submissão: 09/09/2022

Data de aprovação: 21/10/2022